



Parlamento e governo atuam juntos pelas reformas, diz Davi

Cleia Yonara/Câmara dos Deputados



Davi Alcolumbre, entre Rodrigo Maia e Paulo Guedes: os Poderes da República estão antenados com vontade popular

Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, os três Poderes estão em sintonia em relação às causas importantes, como as reformas previdenciária e tributária e o novo pacto federativo

Em encontro com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, elogiou o trabalho dos dois à frente da reforma da Previdência e disse que governo e Parlamento estão trabalhando juntos pelas causas que são do Estado.

Eles também discutiram as principais pautas previstas para este semestre: a reforma tributária e a revisão do pacto federativo. No primeiro caso, as diferentes propostas do governo, da Câmara e do Senado deve-

rão compor um texto final pactuado entre todos. Sobre o pacto federativo, Davi disse que é o Senado que vai comandar o processo sobre a descentralização de recursos públicos para estados e municípios.

À tarde, o presidente do Senado recebeu o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que disse que a reforma da Previdência deve chegar ao Senado no final desta semana e ser aprovada em definitivo até o fim de setembro. Onyx confirmou que a reforma para estados e municípios será feita por PEC paralela. **3**

Plenário deve votar texto que diminui impostos de remédios

Proposta que reduz a cobrança de impostos sobre medicamentos está na pauta da primeira sessão deliberativa do segundo semestre. A ideia do autor, Reguffe, era que os remédios tivessem isenção tributária total, mas

a relatora, Simone Tebet, restringiu a aplicação da imunidade apenas aos impostos. Outro projeto que pode ser votado pelos senadores diz respeito às decisões individuais dos ministros do Supremo Tribunal Federal. **3**

Gerardo Magela/Agência Senado



Representantes dos auditores, Mauro Silva fala em debate dirigido por Paim (C)

Reforma pode acabar com a Previdência, aponta debate

A maioria dos trabalhadores vai ser bastante prejudicada se o texto atual da reforma da Previdência for aprovado em segundo turno na Câmara dos Deputados e no Senado, onde deve chegar nas próximas semanas. Essa foi a conclusão

do debate de ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Para os debatedores, o Regime Geral de Previdência Social pode ficar desinteressante e a aposentadoria se tornar praticamente impossível. **2**

especial cidadania



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para o Conselho Federal de Farmácia, o fracionamento vai permitir que o farmacêutico auxilie mais o consumidor

Projeto permite comprar remédios fracionados

Raramente o brasileiro consegue comprar a quantidade exata de comprimidos prescrita pelo médico. Em geral, as cartelas de remédios não vêm preparadas para serem separadas em unidades.

Um projeto de lei da senadora Rose de

Freitas pretende mudar essa realidade. A proposta obriga as farmácias a vender medicamento em embalagem fracionável. O objetivo é proteger o bolso do consumidor, diminuir o desperdício e dificultar a automedicação. **4**

Cenário do setor aéreo será tema de audiência **2**

Comissão recebe relatório de MP sobre parcerias **2**

Emissoras da EBC não sofrem censura, garante dirigente

O presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Henrique Grazianni, disse ontem que não há censura nas emissoras da estatal. De acordo com ele, o objetivo é sempre buscar um

“jornalismo equilibrado”. Ele afirmou que elas vêm sofrendo com notícias falsas, como as de que a TV Brasil e a Rádio MEC estariam a ponto de encerrar as atividades. **2**

Presidente da EBC nega censura em emissoras

Alexandre Graziani classificou de *fake news* as informações de que TV Brasil ou Rádio MEC seriam fechadas. A EBC, disse, busca jornalismo equilibrado, sem ingerência política ou cerceamento

A EMPRESA BRASIL de Comunicação (EBC) tem sofrido com notícias falsas (*fake news*), afirmou ontem o diretor-presidente da estatal, Alexandre Graziani, em audiência pública do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS).

— Dizem que vamos fechar a Rádio MEC, fechar TV, mas nada disso procede. Eu mesmo fiquei surpreso com essas informações. Frutos, infelizmente, do avanço da tecnologia, que leva as pessoas a não querer assumir responsabilidades — lamentou o dirigente.

Ele negou denúncias de suposta ingerência política e censura do governo na EBC. O que a emissora busca é jornalismo equilibrado, afirmou, em resposta à conselheira Maria José Braga, que relatou denúncias de profissionais. Para Graziani, pode ter havido cerceamento em governos anteriores, mas não agora.

Legislação

O consultor jurídico da EBC, Francisco Lima Filho, disse que a empresa alcançou mais “pujança” e facilidade de gestão com a sanção da Lei das Estatais (Lei 13.303, de 2016). Ele afirmou que a diretoria tem prestigiado os servidores.

O diretor de Conteúdo e Programação da EBC, Vancarlos



Francisco Filho, Marcelo Cordeiro e Alexandre Graziani em audiência

Alves, apresentou as faixas de programação disponíveis, ressaltando que a empresa não disputa audiência com outros canais. De acordo com ele, as informações sobre o posicionamento da emissora em rankings de audiência servem apenas para mostrar sua relevância social e necessidade de investimentos.

— O cidadão carece de referências neutras nas comunicações. Esse conteúdo tem importância, porque extrapola sistemas de televisão público, estatais e comerciais, especialmente neste momento de tantas *fake news*.

Educação midiática

O Conselho de Comunicação Social também ouviu ontem o presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar),

João Luiz Faria Netto, sobre educação midiática.

Faria Netto afirmou que é preciso ensinar a criança desde pequena as regras da disputa de mercado, para que ela não se torne presa fácil dos milhões de anúncios que disputam a sua atenção, sobretudo no meio virtual.

Na avaliação dele, o Brasil já dispõe de legislação suficiente e um excelente Código Civil para combater os abusos feitos no mundo da publicidade.

— O que devemos perguntar é o que devemos fazer para termos uma sociedade livre, forte, que tenha consciência social e seja justa. Há todo um processo civilizatório que precisamos retomar. Antes de proibir, é preciso realimentar o processo de civilização — ressaltou o presidente do Conar.

Para debatedores, reforma significará fim da Previdência

O texto atual da reforma da Previdência (PEC 6/2019) será uma tragédia para a maioria da população, afirmaram representantes de servidores e trabalhadores em debate promovido ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Segundo eles, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) se tornará desinteressante e a aposentaria será impossível para a maioria dos trabalhadores.

Entre os problemas da PEC, eles apontaram a redução da pensão por morte, os 40 anos de contribuição e a idade elevada para aposentadoria. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Mauro Silva, um servidor teria uma redução de 61% no valor da pensão por morte.

O diretor administrativo do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda

Nacional, Achilles Frias, disse que, se o Brasil tivesse um sistema tributário justo, poderia prescindir de ajustes. Para ele, a reforma significa a extinção da Previdência Social.

O senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) questionou o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), por que o debate contou apenas com pessoas contrárias à PEC. Paim esclareceu que o governo geralmente não manda representantes.

Reguffe questiona não instalação da CPI dos Tribunais Superiores

Reguffe (sem partido-DF) criticou ontem atitudes do Supremo Tribunal Federal (STF), que, na visão dele, está tentando reduzir as atribuições do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e da Receita Federal.

O senador pediu a instalação da CPI dos Tribunais Superiores para apurar eventuais irregularidades e a análise, pelo Plenário, dos pedidos de impeachment de ministros da Corte.



Reguffe em audiência pública

Confúcio é contra liberação de armas e prejuízos aos índios

Confúcio Moura (MDB-RO) anunciou ontem que votará contra a liberação de armas de fogo, mudanças na demarcação de terras que prejudiquem índios e a redução ou alteração de áreas de proteção ambiental.

Ele destacou a importância das declarações de quem detém cargo público. Para o senador, alguns conteúdos, quando proferidos por autoridades, incitam a desordem na sociedade, principalmente em relação ao meio ambiente.



Confúcio Moura em audiência pública

RÁPIDAS

COMISSÃO DEBATE PREÇO DAS PASSAGENS E MERCADO AÉREO

Para debater o cenário atual do setor aéreo nacional, a Comissão de Infraestrutura (CI) promove hoje audiência pública interativa a partir das 9h. Serão abordadas questões como o preço das passagens, a franquia de bagagens e a recente abertura do mercado aéreo brasileiro para participação de empresas estrangeiras.

RELATÓRIO SOBRE PROGRAMA DE PARCERIA SERÁ ENTREGUE HOJE

O relatório à medida provisória que reformula a operação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) será apresentado hoje à comissão mista que estuda o assunto. O relator é Wellington Fagundes (PL-MT). A MP está em regime de urgência e precisa ser aprovada pelo Congresso antes do final do mês para não perder a validade.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Passagem aérea

9h Audiência para discutir preço das passagens, franquia de bagagens e abertura do mercado aéreo.

CAE Recuperação judicial

10h Votação de 14 itens. Entre eles, o PLS 239/2018, que prevê que os prazos previstos na lei de recuperação judicial e falências seja contado em dias úteis.

CCJ Pacote anticrime

10h Audiência para debater o projeto do pacote anticrime (PL 1.864/2019). Entre os convidados, estão representantes de policiais federais, procuradores e juizes.

CE Rodeio crioulo

11h A comissão pode votar 15 projetos. Entre eles, o PL 406/2019, que eleva o rodeio crioulo à condição de manifestação da cultura nacional.

CMO Reunião de líderes

14h Reunião do colegiado de líderes para tratar de matérias da pauta e outros assuntos.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Entre os projetos em pauta, está o que reduz a incidência de impostos sobre remédios.

MP 879/2019 Eletrobras

14h30 Apreciação do relatório à MP que autoriza ressarcimento à Eletrobras por gastos com combustíveis.

MP 885/2019 Tráfico de drogas

14h30 Debate sobre a MP que agiliza venda de bens apreendidos do tráfico.

MP 882/2019 Programa de parceria

15h Análise do relatório da MP que reformula o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em reunião com Maia e Guedes, Davi frisa sintonia entre os Poderes

Previdência e revisão do pacto federativo foram abordadas em reunião dos presidentes da Câmara e do Senado com o ministro

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, se reuniu ontem com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, para fazer um balanço da relação entre o Executivo e o Congresso no primeiro semestre. Davi assegurou que os Poderes trabalham em harmonia.

— O governo e o Parlamento precisam estar antenados e conectados com a vontade popular. Nós estamos juntos em torno de causas que são do Estado e da nação.

A reforma da Previdência Social (PEC 6/2019), que será discutida pelo Senado nas próximas semanas, foi assunto do encontro. Davi elogiou a “atuação firme” de Rodrigo Maia na condução da primeira rodada de votação da medida na Câmara, concluída no início de julho. A PEC ainda precisa passar pelo segundo turno de votação.

— A Câmara apresentou para o Brasil uma proposta que dá condições de equilibrar as contas públicas e que vai fazer justiça com o Estado, que precisa ter mais recursos para investimentos.

Ele cumprimentou o ministro da Economia, cuja relação com o Legislativo foi avaliada positivamente.

— O ministro representa o desejo do governo de dialogar com o Parlamento, e é isso que ele tem feito.

A reunião também encaminhou



À tarde Davi Alcolumbre tratou da reforma da Previdência com o ministro Onyx Lorenzoni (E)

duas grandes discussões econômicas previstas para o segundo semestre: a reforma tributária e a revisão do pacto federativo. No primeiro caso, as diferentes propostas do governo, da Câmara e do Senado deverão ser levadas em consideração para a montagem de um texto final pactuado entre todos.

No que concerne ao pacto federativo, que diz respeito à descentralização de recursos públicos para estados e municípios, é o Senado que vai “pilotar” o processo, segundo Davi Alcolumbre.

À tarde, foi a vez de o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, se reunir com o presidente do Senado.

A reforma da Previdência, afirmou Onyx, deve chegar ao Senado no final desta semana e ser aprovada em definitivo antes do fim de setembro. Onyx confirmou que os estados e municípios entrarão por uma PEC paralela.

A proposta do Executivo para a reforma tributária deve chegar ao Congresso logo depois. Onyx adiantou que o texto não deve mexer em tributos como o ICMS e o IPTU, porque a intenção é reforçar a autonomia tributária das unidades da Federação.

— Uma proposta de reforma tributária tem que tratar daquilo que é atinente à União, dos impostos federais.

Plenário pode votar redução de impostos sobre o preço de remédios

O Plenário pode votar hoje duas propostas de emenda à Constituição (PECs) e dois projetos de lei. A PEC 2/2015, do senador Reguffe (sem partido-DF), proíbe a tributação de remédios. O texto teve como relatora a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que fez emendas à proposta. Originalmente, Reguffe propunha que todos os medicamentos destinados a uso humano estivessem isentos de tributação. Mas a relatora propôs que a imunidade seja aplicada apenas a impostos e não a todos os tributos.

A PEC 82/2019 restringe a possibilidade de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tomarem decisões de forma individual. Do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), o texto impõe limites a pedidos de vista e decisões cautelares monocráticas (liminares) no Judiciário.

Outro item a ser analisado é o PL 3.509/2019, que permite a universidades comunitárias fazer indicações para membros da Câmara de Educação Superior (CES). Os senadores podem analisar também o PLC 115/2018, que proíbe empresas “adimplentes e de boa-fé” de serem excluídas do Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

Organizações criminosas tentam desabonar grupo de MT, diz Juíza Selma

Juíza Selma (PSL-MT) defendeu ontem o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Mato Grosso das acusações de que se beneficiaram de uma prática ilegal conhecida como “barriga de aluguel” — termo usado para espionagem clandestina.

Para a senadora, essas acusações partiram de organizações que, possivelmente, foram condenadas por ação do Gaeco e querem acabar com a credibilidade da instituição.



Roque de Sá/Agência Senado

Lasier destaca encontro de empreendedores digitais em Gramado (RS)

Lasier Martins (Podemos-RS) enalteceu a terceira edição da Gramado Summit, encontro de empreendedores digitais, encerrado em 2 de agosto. Para ele, eventos desse porte evidenciam o potencial turístico da cidade, que além de 4 mil visitantes recebeu 130 palestrantes.

— Foi um evento magnífico, e apenas 30% eram gaúchos. Os demais eram de todas as partes do Brasil e alguns do exterior — afirmou, ao parabenizar Marcus Rossi, idealizador do evento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kajuru volta a defender permanência de fundo para a educação básica

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2019, de autoria dele, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja vigência se encerra em dezembro de 2020.

O senador disse que pretende aumentar os recursos destinados ao ensino público, garantindo a continuidade do fundo e a melhora de sua qualidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias aponta prioridades do Congresso para o segundo semestre

Alvaro Dias (Podemos-PR) citou ontem as prioridades do Congresso para o semestre. Segundo ele, entre os temas de destaque, além das reformas da Previdência e tributária, estão a proposta que acaba com o foro privilegiado e o pacote anticrime, enviado pelo governo, que está sob análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O senador defendeu que o ideal seria a votação simultânea das propostas pelo Congresso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado tem que rejeitar indicação de Eduardo, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE), disse ontem tem a obrigação moral de rejeitar a possível indicação do deputado federal, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) à embaixada do Brasil nos Estados Unidos.

— Isso virou chacota, a indicação de uma pessoa sem qualificação para ocupar um dos postos mais importantes da diplomacia. O Senado vai ter que ter uma posição de altivez e mostrar que não é um local de homologação das sandices de quem quer que seja.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Rocha salienta papel do Senado para sanar problemas do país

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu ontem uma maior participação do Senado nas decisões políticas que envolvem a resolução de problemas do país. Para ele, a Casa precisa dar prioridade a questões que envolvam o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Além disso, o senador afirmou que o Congresso deve trabalhar em cima de projetos que transitem na área da segurança pública e do combate à corrupção.



Roque de Sá/Agência Senado

Paim alerta para “jabutis” que contrariam direitos de trabalhadores em MP

Paulo Paim (PT-RS) alertou ontem para a inclusão de “jabutis” na MP 881/2019, já aprovada na comissão mista. A medida trata da declaração de direitos da liberdade econômica, mas segundo ele traz investidas profundas contra o trabalhador brasileiro, como o trabalho no fim de semana.

— A legislação exige que esse trabalho seja remunerado com hora extra e regime especial de folga. Nem isso vai ter mais. Vejam a que ponto chegamos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Marcos Rogério propõe reflexão a respeito da política ambiental

Marcos Rogério (DEM-RO) destacou ontem a sua preocupação com o meio ambiente. Ele lembrou que vem propondo uma reflexão sobre a formulação da política ambiental do país.

— Que tipo de premissas estamos adotando para legislar sobre o meio ambiente? Quais são os reflexos disso em nossa realidade administrativa nas ações repressivas do Estado e o impacto disso tudo na vida da população, especialmente da Amazônia?.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fracionamento de remédios pode baixar custo

Projeto de Rose de Freitas permite a compra de medicamentos separados em unidades. Para a senadora, medida favorece os mais pobres. Associação de farmácias é contra

Ana Luisa Araujo, sob a supervisão de Nelson Oliveira

É COMUM QUE as pessoas recorram diretamente a uma farmácia para se medicarem, especialmente quando o que sentem não lhes parece tão grave. Afinal, o farmacêutico é o agente de saúde mais à mão, embora não possa entregar ao paciente remédios cuja prescrição seja reservada a médicos.

Independentemente de como se chega à compra de um medicamento, porém, raramente o brasileiro consegue comprar a quantidade exata de comprimidos que foi prescrita. É que, em sua maioria, as cartelas e outras embalagens não vêm preparadas para a separação em unidades. Mesmo as que são picotadas, têm esse recurso apenas como uma facilidade para o consumidor em seu dia a dia, mas não estão disponíveis para venda fracionada em si.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 98/2017, da Rose de Freitas (Podemos-ES), pretende mudar essa realidade, ao obrigar as farmácias a venderem medicamentos em embalagens fracionáveis. Segundo a senadora, os três objetivos principais do projeto são: proteger a economia popular, diminuir o desperdício e dificultar a automedicação.

O fracionamento está em compasso de espera no Brasil desde 2006, ano do decreto 5.775 e da resolução 80, ambos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que permitiram, mas não obrigaram, as empresas a comercializarem remédios nesse sistema. Os manuais da agência que esclarecem essas normas apresentam uma série de mudanças nas rotinas de indústrias e farmácias com o fim de subdividir cartelas e



Rose pretende diminuir o desperdício e dificultar a automedicação

outras embalagens.

Pesquisa de opinião feita pela Anvisa mostrou que a maioria dos entrevistados de renda baixa era a favor do fracionamento. Entre os que pertenciam a famílias com renda de um a dois salários mínimos, 88% aprovavam a medida.

— Em outros países, o fracionamento já existe há muito tempo. O que a gente visa? O consumidor, principalmente o mais pobre. O mais triste é quando a pessoa depara com a situação de ela ter que tomar um remédio por três dias, mas tem que comprar uma caixa com dez unidades. Se ela não reincidir naquele mal, ela vai jogar sete remédios fora — explica a senadora.

Efeitos colaterais

Para o cardiologista Ivan Penna, do Serviço de Emergência Médica do Senado, a venda fracionada pode tornar mais racional e seguro o uso de medicamentos, embora, no caso específico dos antibióticos as quantidades ofertadas pela indústria já se aproximem dos padrões de tratamento de adultos. A posologia para crianças vai sempre depender do peso.

— É preciso ter maior rigor

também com os anti-inflamatórios. Ingeridos por automedicação, podem causar danos aos rins, à pressão arterial e ao fígado — alerta Penna.

Mesmo os antibióticos podem sobrar em certas circunstâncias e estimular a automedicação, o que não raro provoca efeitos colaterais. O aumento da resistência bacteriana é um deles.

— Diante de um quadro de amigdalite, o cidadão pode se sentir encorajado a tomar o remédio que está na gaveta, sem recorrer a nova consulta. Ocorre que a maior parte das amigdalites é provocada por vírus, sem necessidade de tomar um antibiótico.

A Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) discorda. Para o presidente-executivo da instituição, Sergio Mena, a sobra de remédios em casa é consequência de maus hábitos, como a interrupção do tratamento por conta própria, caso de 44% dos entrevistados em pesquisa deste ano realizada pelo Instituto Datafolha.

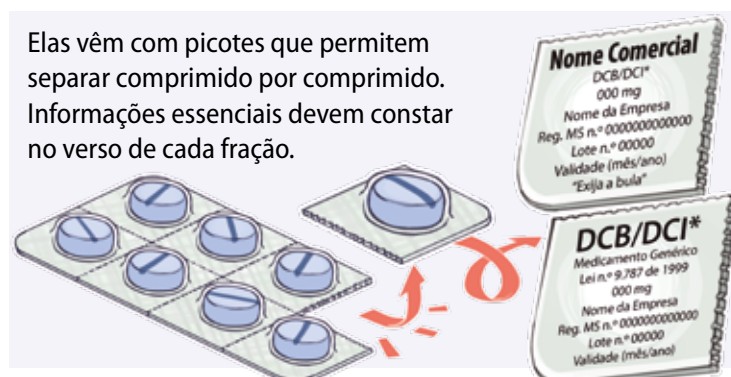
A resistência ao fracionamento, por sua vez, pode estar nos números do negócio, responsável por um faturamento de R\$ 57 bilhões somente em 2017. O Brasil é hoje o 6º maior mercado farmacêutico do mundo e pode se tornar o 5º em 2022. Há cerca de 88 mil farmácias no Brasil, com estimativa de 42 para cada 100 mil habitantes.

Apesar da importância econômica de setores como o das farmácias e da própria indústria, a senadora Rose de Freitas pondera que não é possível entender a questão apenas pelo ângulo das empresas.

— O incômodo está sendo de quem produz, quem produz entende que o fracionamento é contra toda a programação das indústrias. Eu não posso olhar a sociedade por um lado

Entenda o projeto

O PL 98 não detalha como devem ser as embalagens fracionáveis, mas algumas fábricas já oferecem cartelas de comprimidos com essa funcionalidade



Elas vêm com picotes que permitem separar comprimido por comprimido. Informações essenciais devem constar no verso de cada fração.

*DCB/DCI: Denominação Comum Brasileira/Internacional
Fonte: PL 98/2017, indústria farmacêutica, Farma Delivery

só, eu tenho que olhar o lado da economia popular que diz respeito às pessoas de pouco poder aquisitivo — afirma.

Uso racional

Para o Conselho Federal de Farmácia (CFF), o fracionamento de remédios contribui decisivamente para a promoção do seu uso racional. O presidente da entidade, Walter da Silva, afirma que a medida trará benefícios além da economia. Um deles é a maior aproximação dos doentes com o farmacêutico, diminuindo as chances de pausa no tratamento.

— Desde que o procedimento da dispensação de medicamentos na forma fracionada seja efetuado pelo farmacêutico, o benefício será, sim, enormemente maior do que o prejuízo. Diminui os gastos e o descarte de resíduos de medicamentos na natureza.

Em 2017, foram comercializadas 162 bilhões de doses de remédios no Brasil. As que não foram consumidas podem ter contaminado o solo e atingido populações que trabalham em lixões e aterros sanitários.

— Vários remédios, quando abandonados em lixões, são dissolvidos pela água da chuva e, junto com o chorume, podem atingir o lençol freático. Esses medicamentos acabam contaminando os recursos hídricos e afetando adversamente não apenas a flora e a fauna, mas os próprios seres humanos — explica o consultor de meio ambiente do Senado João Carlos Rodrigues.

A Anvisa defende o fracionamento. Argumenta que a medida pode evitar intoxicações que acontecem, geralmente, quando há sobras de remédio em casa. Dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, in-

dicam que quase 7 mil casos de intoxicação por remédios foram registrados em 2017, o que representa 25% do total.

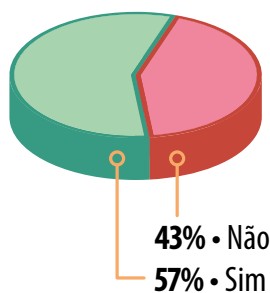
Antes da votação do projeto, o Senado deverá debater o assunto com representantes de diversos setores. A preocupação da senadora Juíza Selma (PSL-MT), responsável por relatar o projeto, é que, mesmo levando em consideração os eventuais benefícios do projeto, há que se avaliar os impactos financeiros para o consumidor. “Precisamos analisar se as mudanças na nova legislação poderão resultar em aumento do custo de produção e consequente aumento no preço do medicamento, exatamente o que o fracionamento pretende evitar”, argumentou a parlamentar em seu requerimento de audiência pública anteriormente marcada para o dia 11 de junho e depois adiada.

A assessoria de imprensa da senadora esclarece que a Juíza Selma tinha pronto um substitutivo à matéria, mas o retirou a pedido de Rose de Freitas para que o assunto fosse mais amplamente discutido, o que acabou motivando o adiamento da audiência. Selma agora aguarda as indicações de participantes da parte da autora para remarcar a reunião na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

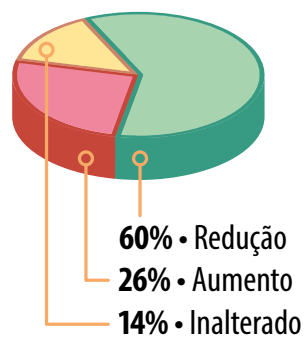
Medida tem aprovação popular

Entrevistados apontam ganhos como a queda nos preços e na automedicação

A automedicação vai diminuir?



Haverá alteração de custos para o consumidor?



Fonte: Anvisa, 2006

Saiba Mais

PL 98/2017

<http://bit.ly/PLS98de2017>

Panorama das farmácias

<http://bit.ly/panoramaFarmacias>

Dados sobre o setor

<http://bit.ly/dadosSetor>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadanía